



JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.jfrs.jus.br

EDITAL PREGÃO Nº 7/2026

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (UASG 090020)**, Divisão de Apoio Administrativo, em cumprimento às determinações do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(íza) Federal, Diretor(a) do Foro, torna público, a todos os interessados, a realização do **Pregão Eletrônico nº 90007/2026**, pelo critério de julgamento de menor preço, regime de execução indireta por empreitada por preço global, visando a **Contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do sistema anti-incêndio no prédio sede da Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS, situado na Rua Dr. Montauray, nº 241, Caxias do Sul/RS**, de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, segundo o que dispõem a Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.246/2022, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

No dia **23/06/2026**, às **13h30min (horário de Brasília)**, em sua sede localizada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, 3º andar, ala Oeste, Bairro Praia de Belas, em Porto Alegre/RS, CEP 90010-395, será realizada a sessão pública *on line* por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva e corretiva do sistema anti-incêndio do prédio sede da Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS, visando garantir a segurança de seus usuários e a integridade patrimonial, em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente. **Local de Prestação dos Serviços:** Rua Dr. Montauray, nº 241, Caxias do Sul/RS.

1.2. As licitantes poderão realizar visita técnica ao local onde serão realizados os serviços, destinadas à avaliação e ciência acerca das peculiaridades técnicas e físicas das instalações, dos equipamentos e dos sistemas existentes, bem como das condições de acesso de material e de pessoal, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes deste Edital.

1.2.1. As visitas deverão ser agendadas junto ao Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, através do telefone (54) 3290-3201.

1.2.2. As visitas deverão ser feitas por profissional habilitado e capacitado para vistoriar o local dos serviços e verificar todos os aspectos construtivos do imóvel (Engenheiro Civil ou Arquiteto devidamente credenciado pela empresa), o qual deverá estar munido de documento de identificação e portar autorização assinada por sócio gerente, diretor ou administrador da licitante para realização da visita.

1.2.3. Será fornecido atestado de visita, que deverá ser apresentado no momento da licitação. As empresas que optarem por não realizar a visita técnica deverão apresentar Declaração de Desistência da Visita Técnica. A não realização de visita não admitirá à licitante qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para a execução do objeto ou obrigação decorrente desta licitação.

1.3. As empresas participantes do certame licitatório deverão apresentar em suas propostas o preço unitário de cada serviço (material e mão-de-obra, em separado), multiplicando-os pelas respectivas quantidades segundo a planilha orçamentária elencada nesta licitação.

1.4. A empresa a ser contratada deverá possuir um responsável técnico (**01 (um) Engenheiro Civil OU outro Engenheiro OU Arquiteto com especialização em Segurança do Trabalho**), com registro profissional no CREA/CAU, que será o responsável técnico pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva descritos no

Termo de Referência). **Anteriormente à assinatura do contrato**, a contratada deverá apresentar documentação comprovando que terá um responsável técnico para acompanhamento e supervisão da manutenção do sistema anti-incêndio no prédio da Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS.

1.5. A vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.6. **Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

1.7 **Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, esta licitação destina-se, exclusivamente, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.**

1.8. A Licitante deve concordar com a adequação do(s) projeto(s)/memorial(is) descritivo(s) que integram o edital e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto/memorial descritivo não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 (art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013).

1.9. O orçamento estimado **para 1 (um) ano do objeto é de R\$ 54.195,87** (cinquenta e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos).

1.10. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III – Minuta de Contrato.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esta licitação sob a modalidade Pregão será realizada em sessão pública *on-line*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.1.1 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

2.2. Para participação neste Pregão as empresas, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverão:

2.2.1. atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

2.2.2. estar devidamente credenciadas no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

2.2.3. possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

2.5. Não poderão participar desta licitação:

- 2.5.1. pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 2.5.2. empresa ou sociedade estrangeira;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.6. empresas declaradas impedidas para licitar ou contratar com a União, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021; e

2.5.7. empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

2.6.1. estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

2.6.2. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

2.6.3. ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br, incluindo-se a proposta com o objeto ofertado e preço, bem como os documentos de habilitação.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se previamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) para utilização do Sistema Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

3.1.1. credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança deverá ser comunicado imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.3. o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico www.gov.br/compras e no Portal de Contratações Públicas (PNCP), os interessados em participar desta licitação deverão acessar o Sistema de Compras do Governo Federal para encaminhar a sua proposta comercial, exclusivamente por meio eletrônico, onde conste a descrição do objeto/item a que se refere, bem como as seguintes informações:

a) **Preço total** - para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema anti-incêndio, indicados em moeda corrente nacional, conforme Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

a.1) não será aceita proposta alternativa ao objeto cotado;

a.2) no referido valor já deverão estar incluídos eventuais vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, ou ainda, despesas com materiais e equipamentos, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

b) **prazo de validade da(s) proposta(s)** de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas.

4.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, para fins de se beneficiarem do direito de preferência estabelecido na Lei Complementar n.º 123/2006, deverão declarar, em campo próprio do sistema Compras.gov.br, que atendem aos requisitos do artigo 3º da referida Lei.

4.3. É vedada qualquer forma de identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

4.4. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão.

4.5. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.6. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

4.7. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de Cadastramento.

4.8. Havendo omissão dos prazos referidos neste item, aplicar-se-ão os termos nele estipulados.

5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

5.3. A partir da abertura da sessão pública até o encerramento da fase lances, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer através do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (*chat*), vedada qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

6 – DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Por ocasião do início da fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.3. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.3.1. as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.4. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.4.1. A hipótese de exclusão da proposta implica retirada da licitante da participação do certame.

6.4.2. A licitante que tiver o lance excluído poderá retornar imediatamente com a sua proposta.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.2. Na fase de aceitação das propostas, o pregoeiro solicitará o envio de anexos ou declarações, via sistema *Compras.gov.br* (convocação de anexo), relativamente ao último lance ofertado, e também solicitará apenas ao fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar o envio da proposta, adequada ao valor do lance final ou da negociação, nos moldes do Anexo II deste Edital. Os anexos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstrativo de composição de preços

7.3. Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não serem aceitos ou se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.3.1. No julgamento das propostas, considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos, o menor preço, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.

7.4. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor valor global (pelo período de 1(um) ano)** e cumprir todos os requisitos de habilitação.

7.5. Para fim de contratação, faturamento e pagamento de valor proposto constante do sistema Comprasnet, **considerar-se-ão somente as duas primeiras casas após a vírgula, sem arredondamento.**

7.6. Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados pela Administração para a aquisição ou contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários, conforme previsto no art. 11 do Decreto nº 7.983/2013.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo pregoeiro da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

8.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

8.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

8.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

8.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

8.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à **regularidade fiscal Federal** (Fazenda Nacional, INSS e FGTS) **Estadual, Municipal e Trabalhista** (CNDT), cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, confirmado por meio de consulta durante a sessão;

8.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN;

8.2.3. A prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ICMS.

8.2.4. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao pregoeiro como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

8.2.4.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

8.2.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal obedecerá o seguinte:

8.2.5.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.2.5.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará a inabilitação da licitante.

8.3. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

8.3.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

8.3.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.3.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.3.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

8.3.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na

condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

8.3.9. As declarações previstas neste item 8.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo pregoeiro durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

8.4. Para fins de habilitação técnica deverá ser apresentado pela empresa licitante:

8.4.1. **registro da empresa**, em vigor, junto ao **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** ou **Conselho de Arquitetura e Organismo - CAU**;

8.4.2. **atestado de visita**, emitido por servidor da Justiça Federal, **ou Declaração de Desistência da Visita Técnica**, assinada pelo seu representante legal, de pleno conhecimento do objeto a ser licitado, das condições locais e das dificuldades para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, não podendo, após, reivindicar eventuais aditivos ou solicitar rescisão contratual por desconhecimento das dificuldades que porventura puderem aparecer durante a execução do objeto deste certame licitatório;

8.4.3. atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, comprovando haver a licitante prestado serviços com características semelhantes aos desta licitação (Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema anti-incêndio, constituído por rede de hidrantes, rede de sprinklers, extintores portáteis, iluminação de emergência e alarmes) por período mínimo de 6 (seis) meses.

8.4.3.1. Havendo dúvida quanto ao conteúdo ou à veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), a Administração poderá exigir a apresentação de documentos complementares que possibilitem aferir a regularidade do(s) mesmo(s), bem como diligenciar, junto ao CREA ou ao CAU, para obter maiores informações.

8.4.4. **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da abertura da Sessão do Pregão, ou em prazo maior, se na certidão constar prazo de validade superior a 180 (cento e oitenta dias) dias;

8.4.5. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades por cotas de responsabilidade limitada e sociedades anônimas, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, de modo a que seja possível ao Pregoeiro verificar a adequação entre o objetivo social da empresa e o objeto licitado.

8.4.6. A comprovação da condição de **microempresa ou empresa de pequeno porte** poderá ser feita mediante apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, ainda, por outro meio idôneo e formal de certificação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida por órgão competente, tudo consoante o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.5. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

8.6. Os documentos e certidões exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou sítios oficiais para consulta/verificação, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 14.133/2021, deverão ser encaminhados ao pregoeiro das seguintes formas:

- a) mediante solicitação por arquivo anexo ao sistema Compras.gov.br; ou
- b) escaneadas e enviadas para o e-mail licitacao@jfrs.jus.br.

9 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, atendidas todas as exigências fixadas neste Edital e observado o critério de menor preço, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado os atos desta licitação pela autoridade competente.

9.2. A adjudicação será pelo critério do **menor preço global para o período de 1 (um) ano.**

10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. A **Proposta de Preços** (Anexo II deste edital) ajustada ao valor do lance final ou da negociação, bem como os demais documentos, certidões e/ou declarações exigidas para habilitação da licitante, quando for o caso, serão solicitados pelo pregoeiro pelo chat, para serem enviados, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), ou escaneados para o e-mail licitacao@jfrs.jus.br, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por razões de fato ou de direito, no interesse da Administração.

10.1.1. Solicita-se às empresas que as propostas sejam encaminhadas nos moldes do Anexo II deste Edital.

10.1.2. A proposta comercial, a ser enviada nos termos previstos neste item, deverá conter a identificação do proponente, CNPJ, endereço eletrônico, endereço comercial, números de telefone e *homepage* e ser apresentada obrigatoriamente em meio eletrônico, datada e assinada pelo responsável legal da empresa, observados os demais dados e prazos exigidos neste Edital (ver item 4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL) e deverá conter também:

a) **razão social**;

b) **valor global** para o serviço objeto da licitação (pelo período de 1 (um) ano);

c) **prazo de validade da proposta**.

10.1.3. Nesse mesmo prazo, deverão ser apresentados documentos ou comprovantes de regularidade fiscal eventualmente vencidos no SICAF, observado o que dispõe este Edital em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, quanto a obrigatoriedade de apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.1.4. A razão social e o número do CNPJ serão os mesmos constantes da documentação de cadastro e Nota Fiscal a ser emitida.

10.2. A licitante vencedora deverá encaminhar cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação, no caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF.

10.3. **Juntamente com sua proposta de preços (Anexo II)**, a licitante vencedora deverá fornecer planilha demonstrando a composição do seu **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)**. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento, solicita-se à licitante que apresente sua proposta observando a fórmula constante no Anexo II.

FÓRMULA DO BDI

$$BDI = ([((1+AC+R).(1+DF).(1+L)) / (1-T)] - 1) . 100 = xx\%$$

Em que:

AC = Despesas de Administração Central ;

R = Riscos, imprevistos e despesas eventuais;

DF = Despesas Financeiras;

L = Lucro Bruto;

T = Tributos: PIS, COFINS, ISS e CPRB.

Observações:

1) Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o BDI;

2) Se um item da fórmula for 1%, por exemplo, deverá ser aplicado na fórmula do BDI sob forma decimal, ou seja, 0,01;

3) o tributo ISS não deverá constar no item material.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro oportunizará às licitantes, manifestarem motivadamente eventual intenção de interpor recurso, concedendo o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das suas razões.

11.1.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

11.1.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

11.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.3. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, o remeterá, com a sua motivação, à autoridade superior para decidir em 10 (dez) dias úteis.

11.5. Os autos eletrônicos do processo correspondente a este procedimento licitatório poderão ser solicitados à Seção de Licitações e Compras da Divisão de Apoio Administrativo, mediante solicitação de acesso virtual externo ou no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, seja para fins de formulação das razões de recurso ou de contrarrazões.

11.6. A contagem dos prazos será feita em dias úteis, excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

11.7. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 – DA NOTA DE EMPENHO

12.1. A Nota de Empenho será emitida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação.

12.1.1. A inobservância deste prazo pela Administração não afeta o direito subjetivo de contratar da licitante vencedora, salvo hipótese de revogação ou nulidade do procedimento.

12.2. Após emitida, a Nota de Empenho será apresentada, remetida ou transmitida à licitante vencedora, pelas formas e meios de comunicação ou intimação previstos neste Edital, constituindo este ato a sua convocação para assinatura do instrumento de contrato.

13 - DA GARANTIA

13.1. Deverá ser prestada garantia dos itens nos seguintes termos:

13.1.1. Peças de reposição e equipamentos novos: **90 (noventa) dias**, a contar da data de recebimento do insumo pelo fiscal deste contrato, sem prejuízo de prazos maiores oferecidos pelo fabricante, fornecedor ou empresa contratada;

13.1.2. Serviços realizados em extintores (manutenção de segundo e terceiro níveis incluindo recarga e reteste): **01 (um) ano**;

13.1.3. Serviços realizados em mangueiras de hidrantes (com teste hidrostático): **01 (um) ano**.

14 – DO CONTRATO

14.1. Integra o presente Edital, em anexo, a minuta do instrumento de contrato, que será assinado eletronicamente pela Justiça Federal e pela licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações, sob pena de caracterizar renúncia ao seu direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas para a hipótese. A assinatura da licitante vencedora se dará mediante login e senha fornecidos pelo TRF4, em conformidade com o disposto no Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.

14.1.1. Observado o prazo de validade da proposta, o prazo previsto para a assinatura do instrumento de contrato poderá ser estendido a critério da Administração.

14.1.2. Durante a habilitação será verificada pelo pregoeiro, para ciência do participante, a inexistência de registro ativo no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) em nome da licitante, exigida como requisito indispensável por ocasião da assinatura do contrato, nos termos dos arts. 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

14.1.3. O licitante declarado vencedor que, na data designada para a assinatura do contrato, possuir pendências no CADIN, será impedido da realização do ato, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeito a mesma sanção do item 16.1, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes para negociação, na ordem classificatória, conforme a legislação vigente.

14.2. No primeiro dia da vigência do contrato, a empresa deverá apresentar formalmente ao Gestor, para aceitação do contratante, preposto designado, o qual será o seu representante nas dependências do contratante ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do Contrato.

14.3. Se o proponente vencedor não apresentar situação regular na assinatura do contrato ou se recusar tácita ou expressamente a assinar o instrumento contratual, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, poderá ser convocada outra licitante, na ordem de classificação para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 14.1, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de maior desconto, mesmo que abaixo do desconto do licitante vencedor, na forma do art. 90, § 4º, da Lei 14.133/2021.

14.3.2. Poderá ser adjudicado e celebrado o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.4 **Anteriormente à assinatura do contrato**, a JFRS solicitará à empresa vencedora do certame licitatório documentação comprovando que haverá um responsável técnico (Engenheiro Civil OU Engenheiro de outra modalidade OU Arquiteto, desde que possua especialização em Segurança do Trabalho) para acompanhamento e supervisão da manutenção do sistema anti-incêndio no prédio sede da Justiça Federal/RS.

14.4.1. Neste momento, deverá ser apresentada, ainda, comprovação do vínculo do referido profissional com a empresa licitante.

14.4.1.1. Entende-se comprovado o vínculo do profissional com a empresa licitante, além de outros meios legais de comprovação (contrato de trabalho, carteira profissional, etc.), quando o nome do profissional figurar como responsável técnico pela empresa na Certidão de Pessoa Jurídica ou na Certidão de Pessoa Física expedida pela entidade profissional competente.

14.5. A existência, no quadro societário da licitante vencedora, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, implicará impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução n.º 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

14.6. Por ocasião da prorrogação do contrato, de acordo com o art. 107, da Lei n.º 14.133/2021, além da documentação relativa à regularidade fiscal e de débitos trabalhistas, serão consultados os sítios oficiais para verificação da seguinte documentação:

14.6.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

14.6.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

14.6.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

14.6.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

14.6.5. Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), em face do estabelecido nos arts. 6º, III, e art. 6-A da [Lei nº 10.522/2002](#), acrescentado pela [Lei nº 14.973/2024](#).

15 – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A empresa contratada poderá **subcontratar** os serviços de manutenção de extintores (2º e 3º níveis) e de teste hidrostático das mangueiras de incêndio, desde que a empresa **subcontratada** possua em seu quadro técnico ou contrate um profissional legalmente habilitado na área de Engenharia Mecânica perante ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), emitindo, assinando e recolhendo as respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) das atividades aludidas sobre o extintor e as mangueiras de incêndio.

15.1.1. A empresa contratada ou subcontratada deverá possuir a certificação vigente para a realização desses serviços (recarga e reteste de extintores de incêndio e teste hidrostático de mangueiras de incêndio) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ("Inmetro")."

15.1.1.1. A empresa **subcontratada** deverá estar certificada pelo "Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - InMetro" para a realização das recargas, testes e retestes aludidos bem como possuir em seu quadro técnico ou contratar um profissional legalmente habilitado na área de Engenharia Mecânica perante ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), emitindo, assinando e recolhendo as respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) das atividades aludidas sobre o extintor e as mangueiras de incêndio.

15.1.1.2. Importante destacar que a empresa contratada possa comprovar a contratação com a empresa subcontratada através de contrato assinado.

15.1.1.3. A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da empresa subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

15.1.1.4. No entanto, permanece a responsabilidade integral da empresa contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da empresa subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação."

16 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

16.1. O objeto da presente licitação será recebido e pago pela Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul de acordo com o constante no Anexo III (Minuta de Contrato), integrante do presente Edital.

17 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1. A **gestão** do contrato será exercida pela Direção do Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, que poderá ser contatado por intermédio do telefone **(54) 3290-3201** e do e-mail iii11@jfrs.jus.br.

17.2 A **fiscalização** do contrato será exercida pelo Agente de Polícia Judicial da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, Servidor Paulo Cesar Balbinot, que poderá ser contatado por intermédio do telefone **(54) 3290-3202** e do e-mail pcb00@jfrs.jus.br.

17.3. Gestor e fiscais poderão, ainda, ser contatados na rua Dr. Montauray, nº 241, Bairro Madureira, Caxias do Sul - RS.

18 – DAS SANÇÕES

18.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado da contratação.

18.2. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a licitante poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e das multas previstas neste Edital e no contrato, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

18.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

18.2.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.2.12. praticar ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.3. Na aplicação das sanções previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 156, "caput", da Lei n.º 14.133/2021.

18.4. As multas e outras penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante ou contratada, no SICAF.

18.5. Assinado o contrato (vide Anexo III), prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Apoio Administrativo, localizado no 3º andar, ala Oeste, do prédio-sede da Justiça Federal de 1º Grau – Subseção Judiciária de Porto Alegre, nos dias úteis, das 13 às 18 horas, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos www.gov.br/pncp/pt-br, www.gov.br/compras/pt-br e www.jfrs.jus.br.

19.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

- 19.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.
- 19.4. Por ocasião da análise das propostas e/ou documentação, poderá o pregoeiro diligenciar para sanar erros ou falhas, conforme art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.
- 19.5. Caso verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, o Agente de Contratação poderá encaminhar à Comissão de Contratação os documentos de habilitação, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.
- 19.6. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei nº 8.078/1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.
- 19.7. Fica assegurado à Justiça Federal de 1º Grau, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação.
- 19.8. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 19.9. As **comunicações, solicitações, notificações ou intimações** da Administração decorrentes desta licitação serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas por **e-mail** para o número ou endereço eletrônico indicados pelo licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, **para todos os efeitos legais**, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica, **sendo de responsabilidade exclusiva da fornecedora comunicar qualquer alteração de seus dados**.
- 19.10. Informações complementares ou esclarecimentos de dúvidas relativas a esta licitação deverão ser solicitadas à Divisão de Apoio Administrativo – DAA, Seção de Licitações e Compras, das 13 às 18 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3214-9016 ou (51) 3214-9022 e e-mail licitacao@jfrs.jus.br, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da licitação.
- 19.11. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas/encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão desta licitação, por meio eletrônico, para o endereço licitacao@jfrs.jus.br, à Seção de Licitações e Contratos, sendo consideradas recebidas na data/hora de sua chegada.
- 19.12. As decisões/respostas às impugnações ou pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Compras.gov.br e vincularão os participantes e a Administração, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento.
- 19.13. O pedido de vista aos autos do processo eletrônico, ao qual corresponde o procedimento licitatório, deverá ser solicitado pelo e-mail licitacao@jfrs.jus.br e a liberação de acesso se fará via e-mail para o solicitante.
- 19.14. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas desta licitação.

Porto Alegre, 08 de junho de 2026.

Cléverton Tosetto Amaral,
Diretor da Divisão de Apoio Administrativo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1.1. Objeto:

Enquadramento Técnico: serviço comum de engenharia

Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados (natureza da atividade) de manutenção preventiva e corretiva do sistema anti-incêndio do prédio-sede da Justiça Federal de Primeiro Grau na Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS, visando garantir a segurança de seus usuários e a integridade patrimonial, em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente.

Local de Prestação dos Serviços: Rua Dr. Montauray, nº 241, Caxias do Sul/RS.

1.2. Justificativa da Contratação: Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a manutenção contínua e eficiente do sistema anti-incêndio é uma necessidade inadiável para a Justiça Federal. A falta ou falha na manutenção pode resultar em riscos iminentes à vida, danos materiais irreparáveis e implicações legais severas, comprometendo a continuidade dos serviços jurisdicionais. A contratação de empresa especializada é a solução mais viável, econômica e segura para assegurar o pleno funcionamento dos sistemas de segurança.

2. DAS CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO E DOS SISTEMAS EXISTENTES

2.1. Características da Edificação:

- **Área total construída:** 10.642,34 m²
- **Número de pavimentos:** 10
- **Altura descendente 7 pavimentos (NBR 9077):** 24,60 m
- **Altura ascendente 3 pavimentos (NBR 9077):** 10,50 m
- **Altura total:** 35,10 m
- **Elevadores:** Três
- **Central de GLP:** 2P45 (90 kg)
- **Distribuição por pavimentos (com grau de risco leve):**
 - 3º subsolo: 959,21 m², ocupação G-2 (manutenção e arquivo)
 - 2º subsolo: 1683,56 m², ocupação G-2 (estacionamento)
 - 1º subsolo: 1683,56 m², ocupação G-2 (estacionamento)
 - 1º pavimento (térreo): 904 m², ocupação D-1 (prestação de serviços profissionais)
 - 2º ao 7º pavimento: 855,97 m² (2º pav.) e 872,88 m² (demais), ocupação D-1 (prestação de serviços profissionais)
 - Cobertura: 68 m², ocupação D-1
 - Reservatórios de água: 76,57 m², ocupação D-1
 - Casa de máquinas dos elevadores: 43,23 m², ocupação D-1
- **Escadas de incêndio:** duas (02) enclausuradas a prova de fumaça.
- **Portas corta-fogo:** quarenta e duas (42) unidades, sendo quatro (04) PCF (90x210) por andar, à exceção do Térreo, que possui seis (06) PCF.

2.2. Descrição dos Sistemas Anti-Incêndio Existentes:

- **Sistema de Alarme Acústico:** Central modelo NFW2 – 100 (NOTIFIER) marca HONEYWELL, acionadores conjugados a alertadores, duas baterias (EP12 – 7) 12 V x 7 Ah, sistema dividido em duas colunas com módulos endereçáveis em cada pavimento.
- **Sistema de Sinalização de Saída e Iluminação de Emergência:** Central OHMEGA mod. Máxima da EXATEC TECNOLOGIA ELETRONICA – 12V/1000W, alimentada por corrente alternada multitensão (80 a 260 V) automática, bateria 12V x 40 Ah, identificadores de saída e luminárias de LED nas escadas.
- **Instalações Hidráulicas (Hidrantes e Sprinklers):**
 - **Reservatórios:** Fibra de vidro, barriletes de incêndio, registros de paragem, válvulas de retenção, colunas de incêndio.
 - **Hidrantes:** Sistema pressurizado por gravidade, Conjunto motobomba Schneider modelo BC2eR 2” (30 CV), acionamento automático por válvula de fluxo. Reservatórios na cobertura, tubulações de ferro galvanizado, caixas, registros, mangueiras (26 unidades no total), adaptadores e esguichos em todos os pavimentos.
 - **Sprinklers:** Sistema pressurizado por gravidade, interligação das colunas aos reservatórios de hidrantes na cobertura. Válvula de retenção no início da coluna de pressurização. Reservatórios exclusivos para SPK no 3º subsolo (108.000 litros). Registro de passeio. Temperatura de acionamento dos bicos 68°C (exceto copas 79°C), bicos de ½”. Instalação do térreo à cobertura. Acionado por bomba principal elétrica, comandada por pressostatos reguláveis. Registros para dreno e teste e válvulas (sensores) de fluxo para ligação com o sistema de alarme acústico em todos os pavimentos.
- **Extintores de Incêndio (44 unidades):**
 - Pó Químico Seco - 4 kg: 32 unidades
 - CO2 - 4 kg: 12 unidades
- **Reservatórios de Água (para sprinklers):** Fibra de vidro, interligados, com reserva de 108 m³.
- **Motobombas:** Uma bomba principal para o sistema de hidrantes, uma bomba principal e uma bomba jôquei para o sistema de sprinklers.

3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

A Contratada deverá realizar os seguintes serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme as periodicidades e especificações abaixo:

3.1. Extintores de Incêndio (44 unidades):

a) **Inspecção técnica e manutenção de primeiro nível:** Mensal, com verificação de localização, numeração, validade da carga, manômetro, lacres, etiquetas, sinalização visual, peças de vedação e acesso.

b) **Manutenção de segundo nível:** Semestral, incluindo recarga do equipamento se necessário, conforme NBR 12962.

c) **Manutenção de terceiro nível:** A ser realizada no início da vigência do contrato em todos os extintores cujo período de validade tenha se esgotado e, nos demais, de acordo com a

periodicidade prevista na NBR 12962 (revisão total, ensaios hidrostáticos, decapagem, fosfatização, pintura e remontagem).

d) **Recarga:** Anual e sempre que necessário (manutenção), com substituição total da carga nominal do agente extintor e do gás expelente, com selo de conformidade da ABNT.

e) **Reteste Hidrostático:** Na periodicidade prevista nas normas técnicas, com emissão dos respectivos certificados de reteste e ART, acompanhado de relatório em separado para extintores reprovados.

f) **Fornecimento de Extintores Reserva:** Em caso de remoção de extintores para manutenção, a Contratada deverá manter no local um equipamento com idênticas características de carga e capacidade, conforme normas do CBMRS .

g) **Permissão de Terceirização:** A terceirização será permitida somente para os serviços de manutenção de 2º e 3º níveis dos extintores.

3.2. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA:

Vistoria e teste de funcionamento:

Mensal, com observância do estado de conservação do painel, fusíveis, disjuntores e bateria. Proceder a reparos necessários, verificação e limpeza dos bornes, teste de carga da bateria, regulação do carregador, verificação e manutenção dos pontos de luz e sinalizadores de saída. Teste geral de funcionamento.

3.3. PORTAS CORTA-FOGO:

Revisão e teste de funcionamento:

Mensal, verificando condições de molas, dobradiças, trincos, selos intumescentes, fechamento adequado e livre de obstruções. Ajustes e lubrificações necessárias.

3.4. SISTEMA DE ALARME ACÚSTICO:

Vistoria e teste de funcionamento:

Mensal, com verificação do estado de conservação do painel, da bateria e dos equipamentos de alarme acústico. Proceder a reparos necessários, verificação do estado de conservação e manutenção dos acionadores e sonorizadores. Teste geral do funcionamento e do painel.

3.5. SISTEMA DE HIDRANTES:

a) Vistoria Mensal:

Verificação do nível do reservatório e das condições dos registros, procedendo aos reparos necessários. Verificação dos fusíveis do quadro de comando e do estado de conservação das bombas, procedendo aos reparos necessários.

Substituição de peças e equipamentos defeituosos.

b) Manutenção Mensal nos Hidrantes Internos:

Limpeza e consertos necessários ao bom funcionamento das instalações.

Verificação dos reservatórios e registros em geral, com os reparos que se fizerem necessários.

Verificação do estado de conservação das caixas metálicas e cuidado com o livre acesso a elas, providenciando, quando necessário, sua conformidade com as normas técnicas.

Verificação, conserto ou substituição, se necessário, de dobradiças, vidros e trincos de fechamento das portas.

Pintura e manutenção dos letreiros, se necessário.

c) Vistoria Bimestral:

Verificação, substituição ou conserto, se necessário, de uniões, reduções, registros e válvulas de retenção.

Teste de vazão (alcance de 10 metros de jato compacto). Conservação das mangueiras.

d) Vistoria Anual:

Teste hidrostático das mangueiras, teste das válvulas de retenção.

Manutenção preventiva de todas as válvulas do sistema de hidrantes.

Inspeção dos tubos e conexões de toda a rede hidráulica de hidrantes, devendo estar em boas condições e livre de danos, vazamento, corrosão e desalinhamento.

3.6. SISTEMA DE SPRINKLERS:

a) Vistoria Mensal:

Verificação do nível dos reservatórios e das condições dos registros, procedendo aos reparos necessários. Verificação dos fusíveis do quadro de comando e do estado de conservação das

bombas, procedendo aos reparos necessários. Substituição de peças defeituosas.

b) Vistoria Trimestral:

Inspeção dos dispositivos de alarme da rede hidráulica de combate a incêndio.

Inspeção dos manômetros do sistema, para assegurar que estejam em boas condições e que a pressão de abastecimento de água esteja sendo mantida.

Teste de operação dos drenos principais da rede hidráulica de combate a incêndio.

c) Vistoria Anual:

Teste das válvulas de retenção. Manutenção preventiva de todas as válvulas do sistema.

Inspeção dos tubos e conexões da rede de sprinklers, devendo estar em boas condições e estar livre de danos, vazamentos e corrosão.

Teste das válvulas reguladoras de pressão e de alívio do sistema de chuveiros automáticos.

Aferição de todos os manômetros das redes hidráulicas de combate a incêndio por comparação com manômetros calibrados.

3.7. RESERVATÓRIOS (para sprinklers):

a) Vistoria Mensal:

Verificação e manutenção dos dispositivos de descarga e extravasamento, bem como das tampas de inspeção.

Verificação, conserto ou substituição, quando necessário, de canalizações, válvula, tubulação de retorno, registros e torneira boia.

b) Verificação Semestral:

Da quantidade de resíduos depositados no fundo do reservatório.

3.8. MOTOBOMBAS:

a) Vistoria Mensal:

Teste de acionamento manual e automático, com a verificação do perfeito funcionamento, efetuando o conserto ou a substituição, se necessário, de fiações, relés, contadoras,

pressostatos, manômetros, tomadas, disjuntores, fusíveis, sinaleiros, encanamentos, registros, válvulas e demais peças do sistema.

3.9. Emissão de Relatório Detalhado: A Contratada deverá emitir mensalmente um relatório detalhado de todos os serviços de revisão e teste de funcionamento realizados no sistema.

3.10. Serviços não previstos: Execução de procedimentos considerados indispensáveis, numa avaliação fundamentada da Contratante, ao perfeito funcionamento do sistema e não previstos expressamente neste TR.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Atendimento a Chamados:

a) Os chamados da Contratante para regularizar o funcionamento do sistema deverão ser atendidos no prazo máximo de **8 (oito) horas**.

b) Em caso de emergência ou princípio de incêndio, o atendimento deverá ocorrer no prazo de até **2 (duas) horas**, independentemente do dia da semana ou horário (inclusive sábados, domingos e feriados, vinte e quatro horas por dia).

c) Os chamados para manutenção corretiva deverão ser realizados de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 8 horas e 18 horas.

d) Os chamados poderão ser feitos através de telefone, e-mail, fax ou qualquer outro meio hábil de comunicação. A Contratada deverá informar um número de telefone de plantão para os chamados de emergência, bem como o nome do responsável pelo atendimento.

4.2. Retirada e Devolução de Equipamentos/Componentes:

a) Caso haja necessidade de retirada de equipamento ou de componentes do sistema para conserto, a CONTRATADA comunicará o fato a funcionário da CONTRATANTE designado, que, após constatar a necessidade, autorizará a saída.

b) A comunicação deverá ser acompanhada de guias fornecidas pela CONTRATADA, de retirada e devolução, com dados de identificação e justificativa. As guias deverão ser assinadas pelos responsáveis da CONTRATADA e da CONTRATANTE.

c) As despesas com a retirada e devolução dos equipamentos ou componentes correrão por conta da CONTRATADA.

4.3. Conclusão dos Trabalhos: Os trabalhos de manutenção corretiva solicitados deverão ser concluídos dentro de prazo razoável prazo de 8 (oito) horas, salvo comprovada necessidade de substituição de peças sob encomenda; **Conclusão/estabilização**, nos casos de emergência ou princípio de incêndio: imediata até a mitigação do risco.

4.4. Propriedade das Peças Substituídas: As peças eventualmente substituídas durante a prestação dos serviços serão de propriedade da CONTRATANTE.

4.5. Mão de Obra e Materiais: A CONTRATADA deverá disponibilizar mão de obra qualificada para substituição ou colocação de quaisquer peças ou equipamentos necessários ao perfeito funcionamento do sistema, ainda que tais peças ou equipamentos sejam fornecidos por terceiros. A Contratada deverá utilizar sempre peças de reposição e equipamentos novos, salvo as motobombas instaladas, que poderão ser recondicionadas a critério da fiscalização da Contratante.

4.6. Prazos e Horários de Manutenção Preventiva: A CONTRATADA deverá combinar com o Diretor do Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo da CONTRATANTE as datas para a realização dos serviços de manutenção, que deverão ser realizados nos seguintes horários:

- a) Manutenção preventiva com acionamento de alarmes sonoros: das 08h00min às 10h00min.
- b) Manutenção preventiva sem acionamento de alarmes sonoros: das 08h00min às 11h00min.
- c) Manutenção corretiva: das 08h00min às 18h00min ou em outro horário autorizado pela fiscalização da Contratante.

5. DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E HABILITAÇÃO

5.1. Da Habilitação Jurídica e Fiscal: Conforme exigências do Edital.

5.2. Da Qualificação Técnica Operacional:

a) Registro em vigor da empresa participante do certame licitatório no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

b) Apresentação de **01 (um) atestado de capacidade técnica operacional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou

CAU, comprovando haver a licitante prestado serviços com características semelhantes aos desta licitação (Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistema anti-incêndio, constituído por rede de hidrantes, rede de sprinklers, extintores portáteis, iluminação de emergência e alarmes) por período mínimo de 6 (seis) meses.

5.3. Da Qualificação Técnica Profissional:

a) 01 (um) Engenheiro (Civil ou de outras modalidades) ou Arquiteto, com especialização em Segurança do Trabalho, devidamente possuidor de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, com registro ativo e regular junto ao respectivo conselho de classe (CREA ou CAU). O profissional deverá ser indicado como o Responsável Técnico pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva objeto deste Termo de Referência.

A empresa contratada poderá subcontratar os serviços de manutenção de extintores (inclusive recarga e reteste) e de teste hidrostático das mangueiras de incêndio, desde que a empresa subcontratada possua em seu quadro técnico ou contrate um profissional legalmente habilitado na área de Engenharia Mecânica perante ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), emitindo, assinando e recolhendo as respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) das atividades aludidas sobre o extintor e as mangueiras de incêndio.

A empresa **contratada** ou **subcontratada** deverá possuir a certificação vigente para a realização desses serviços (recarga e reteste de extintores de incêndio e teste hidrostático de mangueiras de incêndio) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ("IN Metro").

b) Comprovação do vínculo da empresa com o profissional acima mencionado (contrato de trabalho, carteira profissional, contrato de prestação de serviço, ou nome do profissional como responsável técnico pela empresa na Certidão de Pessoa Jurídica ou na Certidão de Pessoa Física expedida pela entidade profissional competente).

c) Deverá ser recolhida e apresentada à Justiça Federal, pelo profissional acima mencionado, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para os serviços.

d) Deverá ser recolhida e apresentada à Justiça Federal Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Engenheiro Mecânico pelos serviços de teste, recarga e reteste dos extintores (manutenção de 2º e 3º níveis), para os quais será permitida a terceirização.

e) O responsável técnico pelos serviços de manutenção deverá acompanhar as inspeções periódicas no local dos serviços (e sempre que solicitado pela fiscalização).

5.4. Atestado de Visita:

As empresas interessadas em participar da licitação poderão marcar visita ao local onde serão realizados os serviços com antecedência ao Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo da Subseção Judiciária de Caxias do Sul (Cláudia Fernanda Gobetti Canali (fone (54) 3290-3200)). Será fornecido Atestado de Visita, por servidor da Justiça Federal, comprovando que profissional habilitado e capacitado (Engenheiro Civil ou Arquiteto), devidamente credenciado pela empresa, vistoriou o local dos serviços e verificou todos os aspectos construtivos do imóvel (terreno e prédio construído). Para a realização da visita a licitante deverá enviar, munido de documento de identidade, profissional acima citado portando autorização para a realização da visita. A autorização deverá estar assinada por sócio gerente, diretor ou administrador da licitante.

Caso a empresa licitante não realizar a visita técnica, consoante parágrafos 2º e 3º do art. 63 da lei 14.133/2021, deverá encaminhar na fase de habilitação do certame licitatório uma declaração, assinada pelo seu representante legal, de pleno conhecimento do objeto a ser licitado, das condições locais e das dificuldades para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação, não podendo, após, reivindicar eventuais aditivos ou solicitar rescisão contratual por desconhecimento das dificuldades que porventura puderem aparecer durante a execução do objeto deste certame licitatório.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE

6.1. Prazo de Vigência: O contrato terá vigência mínima de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Reajuste: O contrato poderá ser reajustado anualmente, conforme índice de reajuste a ser definido no Edital e nas condições da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Critério de Julgamento: O critério de julgamento da licitação será o de **Menor Preço**.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Diante do "aceite" por parte da fiscalização no tocante aos serviços constantes no objeto do contrato, a CONTRATADA deverá encaminhar, por e-mail, a **Nota Fiscal** ao gestor da CONTRATANTE acompanhada das seguintes certidões:

a) Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdência Social;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, contemplando, no mínimo, o Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, contemplando, no mínimo, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

A Nota Fiscal entregue pela CONTRATADA deverá conter, também, obrigatoriamente:

a) razão social completa e o número no CNPJ de acordo, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da nota de empenho e do contrato;

b) o nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da sua conta corrente;

c) a informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço;

d) os valores discriminados dos serviços, materiais/peças e/ou insumos.

O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito na conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do atesto na Nota Fiscal.

Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste instrumento.

8.1. Os pagamentos serão realizados **mensalmente**, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, após a regular prestação dos serviços do período e ateste da fiscalização.

8.2. Os serviços de Recarga de extintores, Teste Hidrostático e Teste anual de mangueira serão pagos separadamente, por evento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura específica e ateste da fiscalização, comprovando a sua realização.

8.3. As despesas referentes a peças e equipamentos da lista abaixo, a serem substituídas, serão consideradas despesas extras, a serem pagas pela Justiça Federal mediante Nota Fiscal/Fatura própria atestada pelo gestor do contrato, sendo a mão de obra, soldas, transporte, graxa, ferramentas e equipamentos de proteção individual para essas substituições considerados como despesa contratual:

- 1 – motobomba do sistema de hidrantes;
- 2 – motobomba do sistema de sprinklers;
- 3 – motobombas auxiliares (bombas jóquei);
- 4 – contadoras, disjuntores, botoeiras e demais dispositivos do quadro de energia do sistema de hidrantes e sprinklers;
- 5 – registros;
- 6 – válvulas de retenção;
- 7 – válvulas de governo;
- 8 – sensores de fluxo;
- 9 – bicos sprinklers;
- 10 – pressostatos;
- 11 – manômetros;
- 12 – tubulações e conexões metálicas do sistema de hidrantes;
- 13 – tubulações e conexões metálicas do sistema de sprinklers;
- 14 – Caixa de hidrantes e de passeio;
- 15 – mangueiras dos hidrantes para combate ao fogo;
- 16 – adaptadores;
- 17 – esguichos reguláveis para mangueira;
- 18 – chaves storz;
- 19 – acionadores de alarme;
- 20 – central de alarme;
- 21 – flanges;
- 22 – sinaleiros;
- 23 – reduções;
- 24 – uniões;
- 25 – dobradiças;
- 26 – fechaduras;
- 27 – maçanetas;
- 28 – barras antipânico;
- 29 – placas de comunicação visual;
- 30 – baterias para iluminação de emergência;
- 31 – baterias para central de alarme;
- 32 – placas de sinalização;

- 33 – extintores;
- 34 – sensores de fumaça;
- 35 – módulos de endereçamento.

As despesas extras, consoante descritas no parágrafo anterior, deverão ser previamente autorizadas pelo gestor do contrato, mediante a apresentação, por parte da CONTRATADA, de, no mínimo, 3 (três) orçamentos prévios de empresas ou estabelecimentos comerciais distintos sobre insumos ou equipamentos a serem adquiridos. A partir destes orçamentos, o gestor irá buscar a reserva orçamentária (por exemplo, nota de empenho) específica para a aquisição destes insumos/equipamentos e, de posse desta, é que irá autorizar a compra destes itens para a CONTRATADA.

Nos orçamentos, deverão estar informados de forma clara a descrição (marca e modelo) da peça ou equipamento e os respectivos preços unitários e preço total.

Será de responsabilidade da CONTRATADA a substituição das peças que, adquiridas de acordo com a especificação prévia, não forem compatíveis para a execução dos serviços. Esta substituição não acarretará custos à CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA, às suas expensas, providenciar a troca.

Somente nos casos em que ficar comprovada a **urgência** da troca de peças e/ou de equipamentos, mediante autorização do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar as substituições necessárias e apresentar posteriormente os respectivos orçamentos com os preços de mercado.

9. DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A gestão e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar seu perfeito cumprimento.

9.2. A Gestão e fiscalização será exercida por servidor(es) da Justiça Federal de Primeiro Grau na Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS, especialmente designado(s) para este fim, com base no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Obrigações da Contratada:

a) Empregar toda a mão de obra necessária, fornecendo ferramentas, instrumentos e utilizando peças de reposição e equipamentos novos (salvo motobombas que podem ser recondicionadas a critério da fiscalização).

b) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer irregularidade, providenciando a execução dos serviços abrangidos pelo contrato ou solicitando autorização para serviços não incluídos.

c) Apresentar orçamento prévio das peças de reposição e procedimentos necessários não cobertos pelo contrato no prazo de 48 horas (salvo urgência).

d) Responsabilizar-se pelas cargas e serviços para recarga de extintores usados em cursos práticos.

e) Proceder à colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou determinações de autoridade competente.

f) Apresentar nota fiscal em seu nome (NOTA FISCAL DE MATERIAL para peças, NOTA FISCAL DE SERVIÇOS para a prestação de serviços). Quando da reposição de peças, a NF de material deve constar o nome da peça utilizada.

g) Observar todos os prazos estabelecidos neste Termo.

h) Manter serviço no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, para atendimento dos chamados de manutenção corretiva.

i) Preencher a cada visita (preventiva ou corretiva) ordem de serviço, especificando os trabalhos executados, a ser assinada pela CONTRATANTE.

j) Remover do prédio o entulho produzido, deixando todos os ambientes limpos e livres de resíduos, sem armazenamento de materiais nas dependências da CONTRATANTE.

k) Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades, em consequência de fato imputável à CONTRATADA.

l) Manter responsável técnico em seu quadro de pessoal, inscrito no CREA/CAU, a fim de responder por todo o trabalho executado e ser o representante legal da empresa junto à Contratante (podendo indicar outro representante legal).

m) Utilizar todos os recursos (profissionais, serviços e equipamentos) necessários ao restabelecimento da normalidade do sistema.

n) Manter todos os funcionários em serviço no prédio, a qualquer hora, com crachá de identificação com foto, respeitando todas as normas de segurança do trabalho (NR18).

9.4. Obrigações da Contratante:

A gestão do contrato será realizada pela Direção do Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo.

Ao **gestor** competirá, entre outras atribuições:

a) acompanhar a execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, inclusive quanto às obrigações acessórias;

b) encaminhar à direção da Divisão de Apoio Administrativo relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas

e que sujeitam a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste instrumento e seus anexos, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

c) efetuar o atesto da nota fiscal, encaminhando-a imediatamente à Seção de Preparo de Pagamento da Divisão de Apoio Administrativo;

d) na hipótese de descumprimento total ou parcial do objeto ou de disposição deste instrumento e seus anexos, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da CONTRATADA para o cumprimento incontinenti das obrigações inadimplidas;

e) analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação deste instrumento e seus anexos, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente.

A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Paulo Cesar Balbinot - Mat. 11.737.

Ao **fiscal** competirá, entre outras atribuições:

a) acompanhar, fiscalizar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas neste instrumento e seus anexos;

b) prestar à CONTRATADA as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, encaminhando as questões de ordem técnica ao gestor deste contrato;

c) anotar em registro próprio ou formulário equivalente e comunicar ao gestor eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas à CONTRATADA;

d) efetuar a certidão de recebimento dos serviços e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da CONTRATADA para que proceda, incontinenti, a retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto ou disposições deste instrumento e seus anexos;

e) assessorar o gestor do contrato, certificando que o objeto fornecido atende a todos os requisitos físicos e técnicos e especificações de quantidade e de qualidade, preço e prazos, entre outras condições previstas neste instrumento e seus anexos.

A gestão, o acompanhamento e a fiscalização de que trata este item serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

10. DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

10.1. Gestão de Resíduos e Logística Reversa: A Contratada será responsável pelo descarte final ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados (embalagens, estopas sujas, peças substituídas sem valor para a Administração), devendo remover do prédio o entulho produzido *garantindo a segregação na fonte e a destinação conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010)*

- **Baterias e Componentes Eletrônicos:** Os sistemas de alarme e iluminação utilizam baterias de chumbo-ácido ou similares. A Contratada deverá garantir a logística reversa dessas baterias, encaminhando-as para reciclagem ou destinação final licenciada, apresentando o respectivo comprovante de destinação sempre que houver substituição.
- **Agentes Extintores:** Na manutenção de 2º e 3º níveis, a Contratada deverá garantir que o pó químico e o CO2 sejam manuseados em conformidade com as normas ambientais, evitando o lançamento deliberado na atmosfera ou em redes de esgoto.

10.2. Uso Racional da Água e Energia: Nos testes de vazão de hidrantes e sprinklers, a Contratada deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água, priorizando a recirculação para o reservatório de incêndio ou o reaproveitamento da água para fins de limpeza das áreas externas do prédio.

10.3. Produtos e Materiais: Sempre que houver necessidade de pintura (caixas de hidrantes e extintores), deverão ser utilizadas, preferencialmente, tintas à base de água ou com baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC), sendo vedada a utilização de substâncias perigosas proibidas pela legislação ambiental brasileira em qualquer etapa da manutenção.

10.4. Responsabilidade Social: A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho de seus funcionários, bem como a regularidade com as obrigações sociais, visando a sustentabilidade social da prestação do serviço.

10.5. Na retirada de Equipamentos: a Contratada deverá priorizar embalagens reutilizáveis ou recicláveis para o transporte de extintores e componentes. Peças novas deverão, preferencialmente, possuir selos de certificação ambiental ou serem fabricadas com materiais recicláveis.

11. DO PRAZO DE GARANTIA DAS PEÇAS

11.1. O prazo de garantia das peças substituídas será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, ou o prazo constante da proposta apresentada pela licitante vencedora, quando superior.

11.2. O prazo de garantia para os serviços realizados em extintores (manutenção de segundo e terceiro níveis, incluindo recarga e reteste) será de 01 (um) ano.

11.3 - O prazo de garantia para os serviços realizados em mangueiras de hidrantes (com teste hidrostático) será de 01 (um) ano.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções administrativas serão aplicadas conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Edital da licitação.

13. DO GLOSSÁRIO E NORMAS TÉCNICAS

13.1. Todas as definições e terminologias técnicas deverão seguir as normas da ABNT, especialmente as NBRs pertinentes aos sistemas de segurança contra incêndio e pânico.

Observações Finais:

- O **Edital de Licitação** será o documento que formalizará as regras deste TR, incluindo os requisitos de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, e os procedimentos do certame.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Documento anexo em Excel

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº/2026, de prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do sistema anti-incêndio no prédio sede da Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS e a empresa, Processo Administrativo nº 0003381-46.2025.4.04.8001.

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, Bairro Praia de Belas, em Porto Alegre, CNPJ nº 05.442.380/0001-38, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(iza) Federal, Diretor(a) do Foro, e a empresa, com sede na, inscrita no CNPJ sob o nº, endereço eletrônico, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, Sr. (a), CPF nº, firmam o presente contrato para a prestação de serviços de **serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do sistema anti-incêndio no prédio sede da Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS**, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90007/2026**, do tipo menor preço, regime de execução indireta de empreitada por preço global, com fundamento no Edital da Licitação, seus anexos, proposta da licitante vencedora e Processo Administrativo em epígrafe, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006, sujeitando-se as partes às determinações das normas e legislação supra indicadas, suas alterações posteriores, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a contratação de empresa para **prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do sistema anti-incêndio no prédio sede da Subseção Judiciária de Caxias do Sul/RS, situado na Rua Dr. Montauray, nº 241, Caxias do Sul/RS, Bairro Madureira, CEP 95.020-190**, de acordo com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência).

1.1.2. Comprovação do vínculo da empresa com o responsável técnico (contrato de trabalho, carteira profissional, contrato de prestação de serviço, ou nome do profissional como responsável técnico pela empresa na Certidão de Pessoa Jurídica ou na Certidão de Pessoa Física expedida pela entidade profissional competente).

1.1.2.1. Entende-se comprovado o vínculo do profissional com a CONTRATADA, além de outros meios legais de comprovação (contrato de trabalho, carteira profissional, contrato de prestação de serviço), quando o nome do profissional figurar como responsável técnico pela empresa na Certidão de Pessoa Jurídica ou na Certidão de Pessoa Física expedida pela entidade profissional competente.

1.2. Deverá ser recolhida e apresentada à Justiça Federal **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)** de todos os serviços contratados.

1.2.1. Deverá também ser recolhida e apresentada à Justiça Federal Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico (Engenheiro Mecânico) pelos serviços de teste, recarga e reteste dos extintores (manutenção de 2º e 3º níveis), para os quais será permitida a terceirização.

1.3. A CONTRATADA deverá apresentar relação com nome e número do RG dos funcionários da empresa que executarão os serviços nas dependências do CONTRATANTE.

1.4. A Licitante deve concordar com a adequação do(s) projeto(s)/memorial(is) descritivo(s) que integram o edital e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto/memorial descritivo não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 (art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013).

1.5. Quaisquer danos causados às instalações do prédio ou a terceiros, em decorrência dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá repará-los.

1.6. O Edital de Licitação, a Proposta de Preços e o Termo de Referência estão vinculados ao CONTRATO e são partes integrantes do mesmo.

CLÁUSULA II - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. São obrigações da CONTRATADA, além das constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula.

2.2. A CONTRATADA deve cumprir o objeto deste Contrato em conformidade com as condições estabelecidas em suas cláusulas, bem como nas regras do Edital da licitação.

2.2.1. Compete à CONTRATADA a iniciativa de informar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

2.3. A CONTRATADA deve atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências do CONTRATANTE relativamente à execução do seu objeto, como o cumprimento da garantia ou de obrigações acessórias.

2.4. A CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do Contrato, para aceitação do CONTRATANTE, preposto designado, o qual será o seu representante nas dependências do CONTRATANTE ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do Contrato.

2.5. A CONTRATADA deve comprovar o vínculo societário ou empregatício do(s) profissional(is) que vier(em) prestar serviços nas dependências do CONTRATANTE mediante a apresentação do Contrato Social ou registro cadastral no SICAF, quando se tratar de sócios da empresa ou cópia autenticada do registro na CTPS, quando se tratar de empregado.

2.5.1. Aplica-se o disposto no item anterior sempre que houver ingresso de novo trabalhador como executor do serviço na relação contratual.

2.6. Na execução dos serviços, deverá a CONTRATADA observar as normas relacionadas com a segurança e higiene, fornecendo ao seu pessoal todos os equipamentos de proteção individual e coletiva de trabalho e zelando pela sua efetiva utilização.

2.7. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção.

2.7.1. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante da inexistência de registro ativo no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) para assinatura deste Contrato e suas eventuais prorrogações.

2.8. A documentação relativa à **regularidade fiscal Federal** (Fazenda Nacional, INSS e FGTS) **Estadual, Municipal e Trabalhista** (CNDT), deverá ser reapresentada em até 05 (cinco) dias úteis a contar da expiração da validade, caso vençam antes do final da vigência do presente Instrumento, devendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por

funcionário do CONTRATANTE, ou publicação em órgão da imprensa oficial, **ou substituídos pelo registro cadastral no SICAF.**

2.9. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos ou empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto do Contrato firmado.

2.10. A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

2.11. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo pagamento e recolhimento de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado, bem como por quaisquer acidentes de que possam seus empregados ser vítimas, quando em serviço.

2.12. A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Justiça Federal de 1º Grau.

2.13. Não será permitido ao pessoal da CONTRATADA o acesso às áreas dos prédios que não aquelas imediatas ao trabalho dos mesmos.

2.14. Na execução deste contrato, a CONTRATADA deverá respeitar o sistema de segurança da Justiça Federal e fornecer todas as informações solicitadas.

2.10. O não cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição deste Contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções nele estabelecidas.

2.11. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante toda a vigência do Contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA III - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Ao CONTRATANTE compete, além das obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência, as que seguem:

3.1.1. acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto contratual por intermédio do Gestor designado neste Instrumento;

3.1.2. exigir o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais;

3.1.3. receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução deste Contrato;

3.1.4. reter preventivamente valores correspondentes às penalidades pecuniárias cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso;

3.1.5. aplicar as multas e sanções previstas neste Contrato;

3.1.6. efetuar o pagamento do preço contratado após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal pelo Gestor.

CLÁUSULA IV - DOS ANEXOS

4.1. Integram este contrato o Termo de Referência (Anexo I) e a Proposta de Preços (Anexo II), preenchida com o valor ofertado na licitação, ambos do edital do Pregão Eletrônico nº XXXXX/2026.

4.2 Prevalecem as disposições deste Instrumento em face de condições discordantes constantes da proposta da CONTRATADA ou que impliquem prejuízo às prerrogativas da Administração, estabelecidas no artigo 104 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

5.1 A vigência deste contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar de até, sem prejuízo do dever de adimplemento recíproco de obrigações pendentes dele decorrentes e admitida a sua prorrogação na forma do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA VI - PREÇO

6.1. Pela execução dos serviços abaixo, a CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA os seguintes valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	Revisão e teste de funcionamento mensal do SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, conforme Termo de Referência.	
02	Revisão e teste de funcionamento mensal das PORTAS CORTA-FOGO, conforme Termo de Referência.	
03	Revisão e teste de funcionamento mensal do SISTEMA DE ALARME, conforme Termo de Referência.	
04	Revisão e teste de funcionamento mensal do SISTEMA DE HIDRANTES, conforme Termo de Referência.	
05	Revisão e teste de funcionamento mensal do SISTEMA DE SPINKLERS, conforme Termo de Referência.	
06	Revisão mensal dos EXTINTORES DE INCÊNDIO, conforme Termo de Referência.	
07	Emissão mensal de Relatório Detalhado de todo o sistema.	

6.2. Pela execução dos serviços abaixo, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA (quando os serviços realizados) os valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
10	Recarga extintor de incêndio CO2 6 KG	

11	Recarga extintor de pó químico BC 4 KG	
12	Reteste extintor de incêndio CO2 6 KG	
13	Reteste extintor de pó químico BC 4 KG	
14	Teste hidrostático de mangueiras e válvulas de retenção.	

6.2 Incluídos no preço estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas com materiais, equipamentos, identificação, uniformes, auxílio-alimentação, transporte, assim como o custo com mão de obra e equipamentos de proteção individual.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTE

7.1. Os valores constantes na Cláusula do Preço serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração (15/05/2026), ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2. O reajustamento contratual será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_o)/I_o) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I_o = Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor Contratual.

CLÁUSULA VIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas atinentes à execução deste contrato serão atendidas com os recursos assim consignados: Programa de Trabalho -; Natureza da Despesa - e Nota de Empenho n.º, datadas de

CLÁUSULA IX - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

9.1. As **Notas Fiscais** deverão ser encaminhadas mensalmente ao GESTOR do contrato, acompanhada das certidões indicadas no item 2.8 deste instrumento, **até o 10º (décimo) dia útil do mês posterior** ao da sua prestação. Os documentos poderão ser enviados para o e-mail **iii11@jfrs.jus.br** ou entregues à Direção do Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, na Rua Dr. Montauray, nº 241, Bairro Madureira, Caxias do Sul - RS, CEP 95.020-190, telefone **(54) 3290-3201**, das 13 às 18 horas.

9.2. A medição dos serviços, para fins de pagamento, será feita nos termos do item 7 do Termo de Referência (Anexo I).

9.3. A Nota Fiscal entregue pela CONTRATADA deverá conter, também, obrigatoriamente:

- a) razão social completa e o número no CNPJ, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da nota de empenho e do contrato;
- b) o nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta-corrente da CONTRATADA.
- c) a informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço;
- d) os valores **discriminados dos serviços, materiais/peças e/ou insumos**.

9.4. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

9.4.1. “Recebimento provisório”: será lavrado na data da entrega do bem e/ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento.

9.4.2. “Recebimento definitivo”: será lavrado em até 10 (dez) dias corridos após o “recebimento provisório”, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021, compreendendo a aceitação do bem e/ou do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

9.4.3. “Atesto”, será lavrado após o “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

9.4.4. não sendo o caso de termo circunstanciado, o “atesto” supre os efeitos do “recebimento definitivo”;

9.4.5. o não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o “atesto”, implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

9.5. O **pagamento** do objeto contratual será efetuado por meio de depósito na conta-corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do **atesto na Nota Fiscal**.

9.6. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste instrumento.

9.7. Caso a licitante vencedora seja optante pelo “SIMPLES NACIONAL” e pretenda utilizar-se da hipótese de não-retenção prevista no art. 4º, inciso XI, da Instrução Normativa nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.540/2015, da Secretaria da Receita Federal, deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, declaração nos moldes e forma preconizados no art. 4º e Anexo IV daquela IN, para fins da Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA X - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Para a **gestão**, acompanhamento e avaliação da execução do objeto deste contrato a Justiça Federal designa a Direção do Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, que poderá ser contatada por intermédio do telefone **(54) 3290-3201** e do e-mail iii11@jfrs.jus.br.

10.2. Para a **fiscalização técnica** da execução do objeto deste contrato a Justiça Federal designa o Agente de Polícia Judicial da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, Servidor Paulo Cesar Balbinot, que poderá ser contatado por intermédio do telefone **(54) 3290-3202** e do e-mail pcb00@jfrs.jus.br.

10.3. Para a **fiscalização administrativa** da execução do objeto deste contrato a Justiça Federal designa o Supervisor da Seção de Preparo de Pagamento da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que poderá ser contatado por intermédio do telefone **(51) 3214-9211** e do e-mail preparo@jfrs.jus.br.

10.4. Gestor e fiscal técnico poderão, ainda, ser contatados na rua Dr. Montauray, nº 241, Bairro Madureira, Caxias do Sul - RS.

10.5. **Ao Gestor** compete, entre outras atribuições:

10.5.1. convocar a realização de reunião inicial, com a participação dos fiscais técnico e administrativo do contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, para apresentação do preposto da empresa, prestar esclarecimentos e repassar conhecimentos necessários, o que será registrado em ata;

10.5.2. coordenar e acompanhar a fiscalização, exigindo da contratada o exato cumprimento do contrato, seus anexos e aditivos, nos termos e condições previstas;

10.5.3. autuar, quando necessário, processo para o encaminhamento de proposições ou de documentação diversa recebida do contratado, que requerem análise própria da administração, à parte do processo de contratação originária ou de pagamento periódico, relacionando-os;

10.5.4. promover e manter registro próprio de acompanhamento e fiscalização diária, quanto às deliberações, orientações e pedidos de providências de rotina, ordinariamente efetuados à contratada, objetivando a observância de obrigações, a melhoria de atuação, a correção e qualificação de serviços e de segurança do trabalho, a prevenção de acidentes, hipóteses de mora, inadimplementos e sanções, de modo a constituir o histórico de conduta e desempenho da contratada, representante e colaboradores;

10.5.5. acompanhar os registros efetuados pelo(s) fiscal(is) no processo de gestão, para a adoção das medidas cabíveis, sempre que for o caso, bem como acompanhar a efetivação dos encaminhamentos e comunicações necessárias à preservação e manutenção da regularidade contratual;

10.5.6. encaminhar à Divisão de Apoio Administrativo relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações contratuais assumidas e que sujeitam a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste Contrato, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

10.5.7. analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente;

10.5.8. lavrar o recebimento definitivo/atesto do objeto da contratação, devendo ser efetuado à vista do documento fiscal competente e da documentação técnica exigida para a regularidade do ato e instrução do pagamento;

10.5.9. encaminhar os autos ao setor responsável pelo preparo e verificação da conformidade do pagamento e/ou ainda, conforme o caso, diretamente à unidade financeira, após efetuado e formalizado o atesto.

10.6. **Ao Fiscal Técnico compete**, entre outras atribuições:

10.6.1 acompanhar, fiscalizar e exigir da contratada o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas no contrato/nota de empenho/ata de registro de preços, conforme o caso;

10.6.2. registrar, no processo de gestão, comunicando ao gestor, eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações efetuadas à contratada;

10.6.3. atuar, conjuntamente com o fiscal administrativo, para a efetivação do recebimento provisório e, se for o caso, promovendo ou instando a adoção incontinenti de medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da contratada para que proceda, imediatamente, à retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto, condições ou disposições firmadas na contratação, sem prejuízo de eventual notificação pela área administrativa;

10.7. **Ao Fiscal administrativo compete**, entre outras atribuições:

10.7.1. Verificar a conformidade dos documentos fiscais apresentados com o objeto executado;

10.7.2. Controlar prazos de pagamento, vigência contratual e prazos para reajustes, quando cabíveis;

10.7.3. Conferir os aspectos formais e administrativos da execução, tais como presença de garantias, seguros, certidões, alvarás e outros documentos exigidos no edital ou contrato;

10.7.4. Informar ao(à) Gestor(a) do Contrato sobre inconformidades administrativas ou documentais.

10.7.5. cabe ao fiscal administrativo também, no que couber, as atribuições previstas na Resolução 269/2023 do TRF4.

10.8. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata este capítulo serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem, em hipótese alguma, as responsabilidades da CONTRATADA,

inclusive perante terceiros.

10.9. Quando o serviço for prestado em apenas uma Subseção Judiciária, a critério do gestor designado, as funções de fiscal administrativo poderão ser acumuladas pelo fiscal técnico ou pelo próprio gestor.

CLÁUSULA XI - DA MORA

11.1. O atraso na execução do objeto contratado, sem justificativa por escrito aceita pelo CONTRATANTE, constitui a CONTRATADA em mora, sujeitando-a à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, apurada sobre o valor total da obrigação em atraso, a contar da data final do prazo estipulado para execução do objeto, observado o limite de 12% (doze por cento).

11.2. Ocorrendo hipótese de multa de mora, o valor correspondente será retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à CONTRATADA ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

11.3. A inobservância do prazo fixado para as obrigações acessórias de apresentação/pagamento da ART ou RRT (cláusula 14.2) acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor da obrigação por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

11.4. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 162, Parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, sujeitando-se a CONTRATADA às multas e penalidades previstas (sanções).

11.5. Havendo conflito entre as cláusulas de mora previstas neste CONTRATO com àquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência, prevalecerão as cláusulas previstas no Anexo I. Em não havendo conflito, aplicam-se as cláusulas previstas no CONTRATO.

CLÁUSULA XII - DAS SANÇÕES

12.1. O inadimplemento total ou parcial do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de 20% (vinte por cento), aplicável sobre a parcela inadimplida.

12.2. O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) do valor do faturamento correspondente ao âmbito da obrigação não cumprida, ou cumprida em desacordo.

12.2.1. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da CONTRATADA em decorrência da aplicação de dispositivo contratual que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

12.3. As multas previstas neste contrato, decorrentes de mora ou descumprimento de sanção principal ou acessória, podem ser cumulativas.

12.4. A CONTRATANTE poderá exigir indenização suplementar da CONTRATADA no caso de eventual prejuízo oriundo do descumprimento total ou parcial do contrato no que exceder o previsto nesta cláusula.

12.5. Na forma prevista no art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, além das sanções pecuniárias estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I daquele dispositivo, quando der causa à inexecução parcial do Contrato.

12.6. Nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 3 (três) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União Federal, além de descredenciada do SICAF, no caso de:

- a) dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do Contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.7. Nos termos do art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, a CONTRATADA poderá ficar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, suas Autarquias e Fundações,

além de descredenciada do SICAF, pelas infrações previstas no item anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e no caso de:

12.7.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

12.7.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

12.7.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

12.8. Na aplicação das sanções previstas neste Contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programas de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, bem como os antecedentes da CONTRATADA, sendo facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do que dispõem os arts. 157 e 158 da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. Aplica-se às hipóteses de multas de que trata esta Cláusula, o mesmo procedimento de retenção do valor correspondente previsto para a multa de mora.

12.10. As multas ou outras penalidades aplicadas, inclusive no caso de mora, serão registradas no histórico da CONTRATADA, no SICAF.

12.11. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.12. Em caso de reincidência, seja por mora ou inadimplemento contratual, tanto de obrigação principal como acessória, o contrato poderá ser rescindido, sem ônus para a CONTRATANTE.

12.13. A rescisão do contrato, motivada por qualquer um dos itens acima, dar-se-á sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

12.14. Havendo conflito entre as sanções previstas neste CONTRATO com àquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência, prevalecerão as cláusulas previstas no Anexo I. Em não havendo conflito, aplicam-se as cláusulas previstas no CONTRATO.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos, empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto deste Contrato.

13.1.1. O acompanhamento e fiscalização do objeto contratual exercidos pelo CONTRATANTE, não exclui em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, inclusive perante terceiros.

13.1.2. O CONTRATANTE estipulará prazo razoável para o saneamento de irregularidade ou ilegalidade, bem como a reparação ou indenização de eventuais prejuízos ou danos causados ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros.

CLÁUSULA XIV – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

14.1. Fica designado o Sr(a), CREA ou CAU nº (preencher conforme o profissional apresentado na assinatura do contrato), indicado(a) pela CONTRATADA, como responsável técnico(a) para a execução dos serviços descritos no Termo de Referência (Anexo I).

14.2. O(A) responsável técnico(a) acima mencionado(a) deverá apresentar ao(à) gestor(a) do contrato, no início dos serviços, as respectivas ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou RRTs (Registros de Responsabilidade Técnica) devidamente assinadas e recolhidas.

14.3. Caso haja a necessidade de substituição do responsável técnico, o preposto da CONTRATADA deverá informar ao gestor o nome e o número de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do profissional para que seja avaliado, pela CONTRATANTE, se o mesmo atende aos requisitos exigidos no edital de licitação.

CLÁUSULA XV – DA GARANTIA

15.1. Deverá ser prestada garantia, pela CONTRATADA, nos seguintes termos:

15.1.1. Peças de reposição e equipamentos novos: **90 (noventa) dias**, a contar da data de recebimento do insumo pelo fiscal deste contrato, sem prejuízo de prazos maiores oferecidos pelo fabricante, fornecedor ou CONTRATADA;

15.1.2. Serviços realizados em extintores (manutenção de segundo e terceiro níveis incluindo recarga e reteste): **01 (um) ano**;

15.1.3. Serviços realizados em mangueiras de hidrantes (com teste hidrostático): **01 (um) ano**.

CLÁUSULA XVI - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 104 e art. 124, e poderá ser extinto consoante disposição do art. 106, inciso III, c/c art. 137, todos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XVII – DO CÓDIGO DE CONDUTA

17.1. Conforme o Art. 5º do Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela Resolução n.º 147 – CJF de 15/04/2011, o CONTRATANTE não será tolerante com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

17.1.1. As atitudes discriminatórias ou preconceituosas previstas neste item considerar-se-ão como não cumprimento de obrigação acessória, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na Cláusula relativa às sanções, constante deste Instrumento.

CLÁUSULA XVIII - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. Para efeitos desta Cláusula, CONTRATANTE e CONTRATADA passam a ser referidos como PARTES.

18.2. As PARTES, por si e por seus colaboradores, comprometem-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Privacidade, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei n.º 13.709/2018 e a Resolução n.º 363/2021 – CNJ.

18.3. A coleta, processamento e armazenamento de informações e dados pessoais coletados em decorrência do objeto deste Termo, ou sua operacionalização, será realizada pelas PARTES visando unicamente ao cumprimento de seu objeto, dentro de seu escopo e segundo sua permissão e finalidade de acesso.

18.4. As PARTES declaram que os dados pessoais coletados no presente Contrato serão aqueles estritamente necessários para o cumprimento das obrigações assumidas, e não sofrerão nenhum outro tipo de tratamento, nos termos do artigo 7º, inciso IX da Lei n.º 13.709/18.

18.5. As PARTES se comprometem a utilizar e manter medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida, bem como para fornecer acesso aos titulares de tais dados caso solicitado.

- 18.6. As PARTES comprometem-se a treinar e orientar seus colaboradores sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.
- 18.7. As PARTES declaram, garantem e concordam que as Informações e Dados Pessoais, quando compartilhadas entre ambas, serão tratadas como confidenciais e sigilosas, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.
- 18.8. Cada PARTE se compromete a obter e apresentar a outra PARTE, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos Termos de Consentimento e Autorização dos titulares para tratamento dos dados pessoais dos quais forem Controladoras, bem como, os respectivos Termos de Compromisso e Responsabilidade pelo Acesso e Tratamento de dados realizado por seus colaboradores.
- 18.9. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da outra PARTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- 18.10. Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra PARTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.
- 18.11. Cada PARTE deverá notificar à outra em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais, que possa caracterizar um Incidente de Privacidade, como destruição accidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados de Informações Pessoais transmitidos, armazenados ou processados de outra forma, informando, ainda, a natureza do Incidente de Privacidade, as categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de Informações Pessoais impactados por tal Incidente de Privacidade.
- 18.12. As PARTES concordam em cooperar plenamente uma com a outra, investigar e resolver qualquer incidente de privacidade e fornecer à outra PARTE qualquer informação necessária para a solução do incidente, minimizando todos os impactos causados.
- 18.13. As PARTES responsabilizam-se, integralmente, por qualquer violação, comprometimento e/ou vazamento de dados a que derem causa, durante e em decorrência da execução Contrato, seja direta ou indiretamente, devendo indenizar os danos que causarem, seja à outra PARTE ou a um titular de dado, seja ele patrimonial, moral, individual ou coletivo ainda que por culpa ou dolo de terceiros que, em seu nome, atuem no tratamento de dados pessoais.
- 18.14. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, as PARTES interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), na forma do artigo 16 da Lei n.º 13.709/2018, salvo quando necessitem mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na mesma norma.

CLÁUSULA XIX – DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. A empresa contratada poderá **subcontratar** os serviços de manutenção de extintores (inclusive recarga e reteste) e de teste hidrostático das mangueiras de incêndio, desde que a empresa **subcontratada** possua em seu quadro técnico ou contrate um profissional legalmente habilitado na área de Engenharia Mecânica perante o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), emitindo, assinando e recolhendo as respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) das atividades aludidas sobre o extintor e as mangueiras de incêndio.

19.1.1. A empresa contratada ou subcontratada deverá possuir a certificação vigente para a realização desses serviços (recarga e reteste de extintores de incêndio e teste hidrostático de mangueiras de incêndio) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ("IN Metro").

19.1.1.1. A empresa **subcontratada** deverá estar certificada pelo "Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - In Metro" para a realização das recargas, testes e retestes aludidos bem como possuir em seu quadro técnico ou contratar um profissional legalmente habilitado na área de Engenharia Mecânica perante ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), emitindo,

assinando e recolhendo as respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) das atividades aludidas sobre o extintor e as mangueiras de incêndio.

19.1.1.2. Importante destacar que a empresa contratada possa comprovar a contratação com a empresa subcontratada através de contrato assinado.

19.1.1.3. A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da empresa subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

19.1.1.4. No entanto, permanece a responsabilidade integral da empresa contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da empresa subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação."

CLÁUSULA XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As **comunicações, solicitações, notificações** ou **intimações** da Administração decorrentes desta licitação serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas, via **e-mail**, para o endereço eletrônico indicados pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, **para todos os efeitos legais**, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica, **sendo de responsabilidade exclusiva da contratada (licitante vencedora) comunicar qualquer alteração de seus dados.**

20.2. Todos os documentos exigidos em razão do presente contrato deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor de Unidade desta Justiça Federal, responsável pela sua instrução.

20.3. A CONTRATADA DECLARA a inexistência, no seu quadro societário, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, o que implicaria impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução nº 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

20.3.1. O impedimento estende-se na hipótese de ter a CONTRATADA, no quadro de pessoal, empregados destinados à prestação de serviços decorrentes deste Contrato, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, consoante determinado na Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

20.4. O presente Instrumento será firmado através de sistema de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, garantida a eficácia das Cláusulas cujo compromisso é assumido.

CLÁUSULA XXI – DA PUBLICIDADE

21.1. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 91, *caput* da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE promoverá a publicação deste Contrato em sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA XXII - DO FORO

22.1. Fica eleita a Justiça Federal de 1º Grau, Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas deste Ajuste.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Porto Alegre, RS, de de 2026.

Juiz(a) Federal Diretor(a) do Foro
JUSTIÇA FEDERAL PRIMEIRO GRAU/SJRS

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **CLÉVERTON TOSETTO AMARAL**, **Diretor da Divisão de Apoio Administrativo**, em 05/06/2026, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **8454120** e o código CRC **039897DE**.

0003381-46.2025.4.04.8001

8454120v3